

PRESIDÊNCIA GABINETE

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 556, DE 26 DE SETEMBRO DE 2019.

APROVA O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 2º QUADRIMESTRE DE 2019

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao segundo quadrimestre de 2019, publicado juntamente com este Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 26 de setembro de 2019.

DES. GESIVALDO NASCIMENTO BRITTO

Presidente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2018 A AGOSTO/2019

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d")

R\$ 1.00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	LIQUIDADAS													
	<MR-1>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	197.258.412,81	197.335.819,87	210.016.517,19	298.329.648,95	136.082.265,18	137.050.229,75	187.860.591,78	322.997.023,24	192.765.359,54	197.210.039,02	190.959.292,95	201.781.930,44	2.469.647.130,72	0,00
Pessoal Ativo	130.550.111,04	130.767.557,75	137.269.423,27	198.956.690,81	136.024.732,23	133.131.629,61	131.590.470,97	134.053.239,91	132.230.804,24	133.518.668,77	130.591.958,80	132.897.405,52	1.661.582.652,92	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	106.056.314,73	106.240.060,00	112.882.138,66	150.468.550,06	111.465.125,98	108.782.954,99	107.179.310,10	109.843.346,65	108.235.439,30	109.566.778,56	106.630.039,34	109.078.423,09	1.346.428.481,26	0,00
Obrigações Patronais	24.485.901,35	24.519.061,43	24.379.403,98	48.476.813,50	24.545.285,10	24.337.397,07	24.409.210,51	23.968.430,37	23.968.430,37	23.968.430,37	23.935.785,98	23.795.646,44	314.984.582,27	0,00
Benefícios Previdenciários	7.894,98	8.416,32	7.880,63	11.327,25	14.321,55	11.277,55	1.950,36	14.597,13	26.934,57	15.559,60	26.133,48	23.335,99	169.629,39	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	66.708.301,77	66.568.262,12	72.747.093,92	99.372.958,14	57.532,95	3.918.600,14	56.270.120,81	188.943.783,33	60.534.555,30	63.691.370,25	60.367.334,15	68.884.524,92	808.064.437,80	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	55.871.680,28	55.610.844,53	61.235.350,95	83.749.441,34	0,00	67.981,22	56.105.527,94	184.673.809,57	58.153.120,33	61.268.000,78	58.159.774,75	66.573.231,85	741.468.783,54	0,00
Pensões	10.836.621,49	10.957.417,59	11.511.742,97	15.623.516,80	57.532,95	3.850.618,92	164.592,87	4.269.973,76	2.381.434,97	2.423.369,47	2.207.559,40	2.311.293,07	66.595.674,26	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	52.709.557,96	53.304.993,14	52.114.065,84	86.488.938,74	14.884.189,74	20.405.548,23	48.137.791,76	138.057.471,77	53.276.846,54	70.385.045,31	60.536.537,91	64.447.992,25	714.728.979,19	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	73.508,42	0,00	0,00	0,00	1.171.529,18	811.922,79	862.113,43	1.273.662,41	977.259,02	1.067.042,10	1.218.266,16	1.292.503,39	8.747.806,90	0,00
Despesas de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	16.644.585,18	16.862.510,82	15.883.752,76	14.999.340,80	13.655.127,61	16.300.731,14	14.960.476,10	16.505.984,76	16.555.237,49	19.319.701,52	16.178.389,54	19.238.454,24	197.104.291,96	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	35.991.464,36	36.442.482,32	36.230.313,08	71.489.597,94	57.532,95	3.292.894,30	32.315.202,23	120.277.824,60	35.744.350,03	49.978.301,69	43.139.882,21	43.917.034,62	508.876.880,33	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - DTP (III) = (I + II)	144.548.854,85	144.030.826,73	157.992.451,35	211.840.710,21	121.198.075,44	116.644.681,52	139.722.800,02	184.939.551,47	139.488.513,00	126.844.993,71	130.422.755,04	137.333.938,19	1.754.918.151,53	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR		% sobre a RCL Ajustada
RECETTA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)			33.831.836.198,34
(V) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (VI) (§1º, art. 166 da CF)			1.020.753,30
= RECETTA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA (VI)			33.830.815.445,04
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III + II b)			1.754.918.151,53
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)			2.029.848.926,70
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)			1.928.356.480,37
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)			1.826.864.034,03

FONTE: SFP/PLANFIS/FAZ/SECOP - 20/09/2019 17:50

NOTA 1: DURANTE O EXERCÍCIO, SOMENTE AS DESPESAS LIQUIDADAS SÃO CONSIDERADAS EXECUTADAS. NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO,

AS DESPESAS NÃO LIQUIDADAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS SÃO TAMBÉM CONSIDERADAS EXECUTADAS.

DESSA FORMA, PARA MAIOR TRANSPARÊNCIA, AS DESPESAS EXECUTADAS ESTÃO SEGREGADAS EM:

a) DESPESAS LIQUIDADAS, CONSIDERADAS AQUELAS EM QUE HOUVE A ENTREGA DO MATERIAL OU SERVIÇO, NOS TERMOS DO ART.63 DA LEI 4320/64.

b) DESPESAS EMPENHADAS MAS NÃO LIQUIDADAS, INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS, CONSIDERADAS LIQUIDADAS NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO, POR FORÇA DO ART.35, INCISO I DA LEI 4320/64.

NOTA 2: NO ITEM DESPESAS BRUTA COM PESSOAL, NA RUBRICA PESSOAL ATIVOS, COMPUTADO PRIMARIAMENTE NO VALOR DE R\$ 2.107.398.576,07, FOI EXCLUÍDO OS VALORES REFERENTES A:

a) ABOGO PECUINÁRIO (R\$ 22.431.222,02) E ABOGO PERMANÊNCIA (R\$ 97.017.774,00), CONFORME RESOLUÇÃO TOE 84/2003/2016.

b) DESPESAS COM PESSOAL, DOS CARTÓRIOS DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS CONFORME A LEI ESTADUAL Nº 13.555/2016 E CONSULTA CONSTANTE DO OFÍCIO Nº 84/2016 - SEAD, PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12 - ADM-2016/25411 (R\$ 832.880,00).

c) IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE, INCIDENTE SOBRE A REMUNERAÇÃO PAGA AOS SERVIDORES, DECORRENTE DA SETENA DE MÉRITO PROFERIDA NOS AUTOS DA AÇÃO CÍVEL Nº 0525175-62/2018.05.0001, EM TRÂMITE NA 9ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SALVADOR, VISTO A SETENA DE MÉRITO REPRESENTAR A RATIFICAÇÃO DA LIMINAR CONCEDIDA NO AGRAVO 0089599-89.2016.8.05.0001 (R\$ 382.533.910,15).

ANA PAULA DO CARMO BARBOSA SILVA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

FERNANDA PINTO DANTAS BRAGA
CONTROLADORIA

JEFFERSON FERREIRA SOTERO DOS SANTOS
DIRETORIA DE FINANÇAS